

# Sumário

<b>1 Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2 O delito de evasão de divisas: as modalidades típicas e os elementos normativos do tipo .....</b>	<b>5</b>
2.1 Breves considerações sobre os bastidores da edição da Lei n.º 7.492/86: análise contextual e fenomenológica da lei que inaugura uma proteção penal ao Sistema Financeiro Nacional.....	5
2.2 Considerações preliminares sobre o artigo 22 da Lei n.º 7.492/86 .....	27
2.3 Tipos objetivos .....	30
2.3.1 Prévias distinções conceituais e sistemáticas dos elementos normativos do tipo em relação aos elementos de valoração global do fato e aos elementos em branco das leis penais.....	30
2.3.1.1 O artigo 22 da Lei n.º 7.492/86 e os elementos normativos do tipo .....	32
2.3.1.2 O artigo 22 da Lei n.º 7.492/86 e os elementos de valoração global.....	38
2.3.1.3 O artigo 22 da Lei n.º 7.492/86 e os elementos em branco da lei penal .....	42
2.3.1.4 O artigo 22 da Lei n.º 7.492/86 e o fenómeno da acessoriedade administrativa.....	49
2.3.2 Primeira modalidade típica: <i>caput</i> do artigo 22 da Lei n.º 7.492/86.....	52
2.3.2.1 Elementos objetivos do tipo.....	52

2.3.2.2 Breves considerações sobre as classificações do delito e o momento consumativo.....	65
2.3.3 Segunda modalidade típica: primeira parte do parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 7.492/86.....	69
2.3.3.1 Elementos objetivos do tipo: necessárias distinções em relação ao <i>caput</i> .....	69
2.3.3.2 Breves considerações sobre as classificações do delito e o momento consumativo.....	77
2.3.4 Terceira modalidade típica: segunda parte do parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 7.492/86.....	79
2.3.4.1 Elementos objetivos do tipo.....	79
2.3.4.2 Sobre os deveres extrapenais aos quais o dispositivo se refere: resoluções administrativas vigentes e os atuais parâmetros fixados para tipificação da conduta.....	82
2.3.4.3 O problema da declaração à repartição federal competente: quando e para quem declarar .....	85
2.3.4.4 Breves considerações sobre as classificações do delito e o momento consumativo.....	90
<b>3 Os velhos e os novos instrumentos de consumação do crime de evasão de divisas: a (in)adequação do <i>bitcoin</i> aos elementos normativos do tipo .....</b>	<b>93</b>
3.1 Os velhos instrumentos aptos para consumação do crime de evasão de divisas: contas CC5, dólar-cabo e contas <i>offshore</i> .....	93
3.1.1 Evasão de divisas a as contas CC5 .....	94
3.1.2 Evasão de divisas e o dólar-cabo.....	99
3.1.3 Evasão de divisas e as contas, empresas e operações <i>offshore</i> .....	107

3.2 Os novos instrumentos (in)aptos para consumação do crime de evasão de divisas: o caso do <i>bitcoin</i> e das operações financeiras realizadas por criptomoedas .....	115
3.2.1 O fenômeno das criptomoedas e do <i>bitcoin</i> : conceitos e características .....	116
3.2.2 A manifesta inadequação do <i>bitcoin</i> às elementares típicas do crime de evasão de divisas .....	126
3.2.2.1 <i>Bitcoin</i> e a inadequação ao conceito de moeda .....	126
3.2.2.2 <i>Bitcoin</i> e a inadequação ao conceito de divisa .....	138
3.2.2.3 <i>Bitcoin</i> e a inadequação ao conceito de depósito.....	143
<b>4 <i>Bitcoin</i>, evasão de divisas e o princípio da legalidade: a (a)tipicidade das condutas previstas no artigo 22 da Lei n.º 7.492/86 nas operações financeiras realizadas por criptomoedas .....</b>	<b>149</b>
4.1 Atipicidade objetiva da conduta descrita no <i>caput</i> do artigo 22 da Lei n.º 7.492/86.....	152
4.2 Atipicidade objetiva da conduta descrita na primeira parte do parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 7.492/86 .....	155
4.3 Atipicidade objetiva da conduta descrita na segunda parte do parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 7.492/86.....	158
4.4 O princípio da legalidade enquanto justificativa dogmática para a atipicidade das condutas operacionalizadas pelo <i>bitcoin</i> .....	164
4.4.1 A conceituação e a <i>ratio</i> do princípio da legalidade .....	164
4.4.2 A proibição da analogia ( <i>lex stricta</i> ) e o mandado de determinação ( <i>lex certa</i> ) como vetores de interpretação da atipicidade das condutas testadas .....	170

4.4.3 A adoção de uma metodologia interpretativa compatível com o princípio da legalidade: o sentido literal possível.....	179
4.4.4 Consequências das imprecisões conceituais e da ausência de regulação específica: possibilidade e probabilidade de tipificação a partir da analogia a casos práticos.....	186
4.5 O hodierno cenário regulatório das criptomoedas: insuficiência do marco legal, atecnia das propostas legislativas e imprescindibilidade de uma regulação internacional .....	196
<b>5 Considerações finais.....</b>	<b>209</b>
<b>Referências.....</b>	<b>221</b>